**CAPA**

**Diagnóstico integrado da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e REBIO Bom Jesus elaborado para subsidiar seus Planos de Manejo**

****

Curitiba, 2016

**Equipe Técnica**

Isabelle da Silveira

SumÁrio

[LISTA DE FIGURAS 4](#_Toc473384780)

[LISTA DE TABELAS 5](#_Toc473384781)

[SIGLAS 6](#_Toc473384782)

[1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus 7](#_Toc473384783)

[1.1. ENFOQUE INTERNACIONAL 7](#_Toc473384784)

[1.1.1. Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em Reserva da Biosfera ou outros Atos Declaratórios Internacionais. 7](#_Toc473384785)

[1.1.2. Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em outros atos declaratórios internacionais 12](#_Toc473384786)

[1.1.2.1 Hotspots 12](#_Toc473384787)

[1.1.3. Oportunidades de Cooperação Internacional 13](#_Toc473384788)

[1.1.3.1. Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF 13](#_Toc473384789)

[1.1.3.2. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7 14](#_Toc473384790)

[1.1.3.3. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA 14](#_Toc473384791)

[1.1.4. Conferências Internacionais e Acordos Globais 16](#_Toc473384792)

[1.1.4.1. Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB 16](#_Toc473384793)

[1.1.4.2. Agenda 21 17](#_Toc473384794)

[1.1.4.3. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS 18](#_Toc473384795)

[1.1.4.4. Princípios para a Administração Sustentável das Florestas 18](#_Toc473384796)

[1.1.4.5. Tratado de Aichi 19](#_Toc473384797)

[1.2. ENFOQUE FEDERAL 22](#_Toc473384798)

[1.3. ENFOQUE REGIONAL 22](#_Toc473384799)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 23](#_Toc473384800)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil. Disponível em RBMA, UNESCO, 2008, página 9.

Figura 2 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008. Disponível em RBMA, UNESCO, 2008, página 112.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de oportunidades de cooperação internacional para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

Tabela 2 – Quadro de conferências internacionais e acordos globais que são potenciais apoios para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental;

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica;

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;

COBRAMAB - Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera;

COP - Convenção das Partes;

ESEC – Estação Ecológica;

GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente;

IMO - Organização Marítima Internacional;

MaB – Programa Homem e a Biosfera;

MMA - Ministério do Meio Ambiente;

PM – Plano de Manejo;

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil;

RBs – Reservas da Biosfera;

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;

REBIO – Reserva Biológica;

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação;

UC - Unidade de Conservação;

UNCLOS - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura;

ZA – Zona de Amortecimento.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, da ESEC de guaraqueçaba e da rebio bom jesus

## ENFOQUE INTERNACIONAL

### Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em Reserva da Biosfera ou outros Atos Declaratórios Internacionais.

A criação e implementação das Reservas da Biosfera (RBs) são atreladas ao Programa Homem e a Biosfera (MaB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Implantado em 1971, sendo que sua origem remonta à "Conferência sobre a Biosfera" da UNESCO em Paris em setembro de 1968, o MaB é um instrumento para a conservação que visa o uso sustentável dos recursos naturais em áreas protegidas e ao mesmo tempo otimiza a relação homem-natureza. Seu objetivo principal é promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta (RBMA, 2016).

Dentro desse contexto, este programa reconhece as Reservas da Biosfera como áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos que possuem uma relevância a escala global para aliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável e, nesta lógica, devem se tornar prioritárias para a efetivação dessas práticas.

As RBs compõem uma rede mundial de áreas que têm por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Elas têm 3 funções principais que devem ser cumpridas de maneira integrada: a contribuição para a conservação da biodiversidade, o fomento do desenvolvimento econômico sustentável e a criação de condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos, para a produção de conhecimento e monitoramento do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2016).

A fim de cumprir suas funções, as RBs possuem um zoneamento em seus territórios divididos em:

* Zonas núcleo - uma ou mais áreas legalmente protegidas, com perímetro definido, cuja função principal é a proteção da biodiversidade. Correspondem basicamente aos parques e outras unidades de conservação de proteção integral.
* Zonas de Amortecimento – estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, têm por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. Em geral, correspondem as áreas de mananciais, APAs, áreas tombadas e outras regiões de interesse sócio ambiental.
* Zonas de Transição, sem limite fixo, destinam-se prioritariamente ao monitoramento e à educação ambiental visando integrar de forma mais harmônica as zonas mais internas da Reserva com áreas externas, onde predominam usos e ocupação mais intensivos (urbanização, agricultura, indústria).

Existem 669 RBs em cerca de 120 países e ainda que sejam declaradas pela UNESCO, elas são propostas pela iniciativa de cada país e é dever deste a sua administração, levando em conta as diretrizes do Programa MaB (UNESCO, 2016). Assim, em 1974, foi criada a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera (COBRAMAB) e no mesmo ano o país juntou-se ao Programa MaB da UNESCO. Atualmente, o Brasil possui 7 RBs que são as da Mata Atlântica, do Cinturão Verde de São Paulo, do Cerrado, do Pantanal, da Amazônia Central, da Caatinga e da Serra do Espinhaço. Totalizando uma área total de 1.300.000 km² de RBs, representando 15% do território nacional (RBMA, 2016).

No capítulo XI do SNUC, há uma menção à RB descrevendo-a como "um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais” (MMA, SBF, 2004). No caso específico do bioma da Mata Atlântica, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é a maior área mundial florestada, com aproximadamente 62.000.000 hectares terrestres e 16.000.000 hectares marinhos, somando 78.000.000 hectares espalhados por 17 estados brasileiros. A RBMA estende-se por mais de 5.000 km dos 8.000 km do litoral brasileiro, indo do Ceará ao Rio Grande do Sul (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura 1).

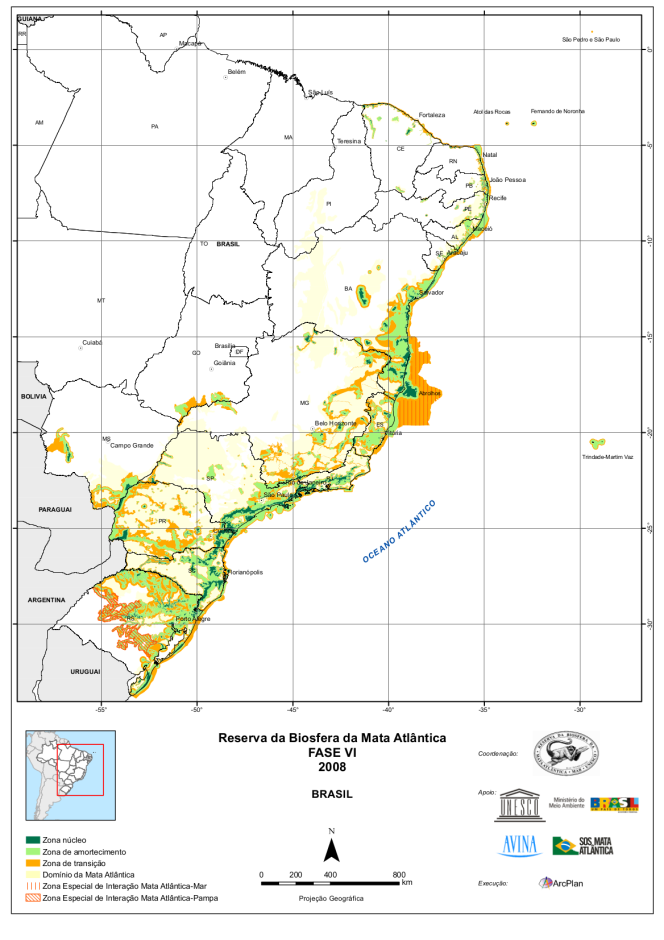


Figura 1 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil.

Fonte: RBMA, UNESCO, 2008.

A RBMA tem como missão contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica. Dos 350.000 km² de área abrangida pela RBMA no território brasileiro, o Paraná possui aproximadamente 199.729 km² de extensão, dos quais 169.197 km² abrangem uma área originalmente coberta por Mata Atlântica (RBMA, UNESCO, 2008) (Figura 2).

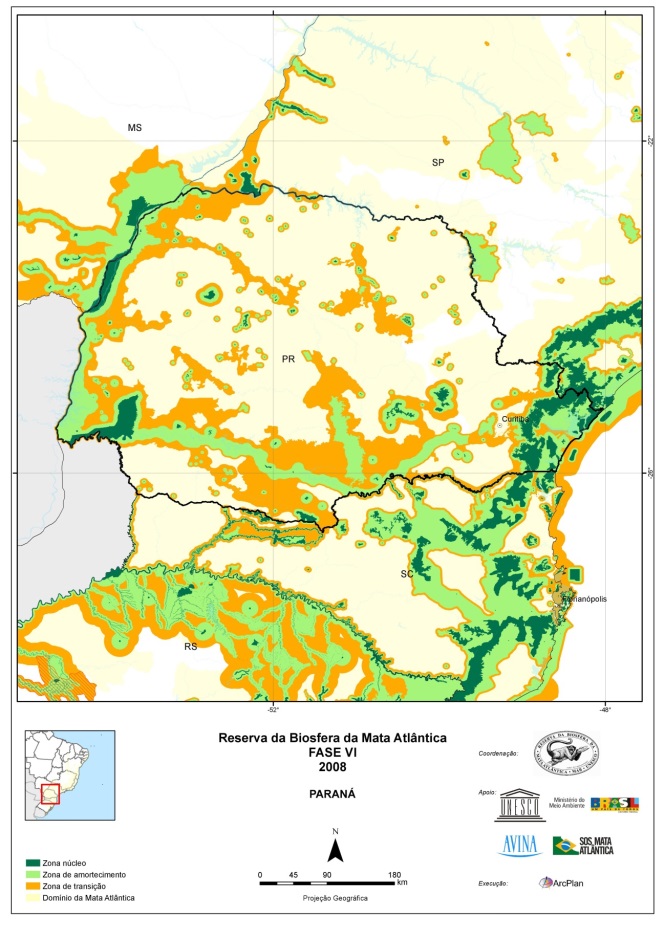


Figura 2 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Paraná – Fase VI/2008. Fonte: RBMA, UNESCO, 2008.

No que diz respeito as três Unidades de Conservação em estudo, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a APA de Guaraqueçaba possui toda sua área inserida na Reserva da Biosfera Vale do Ribeira e Serra da Graciosa e faz parte da maior área continua de remanescentes de Mata Atlântica (CNUC, 2016). O memorial descritivo do decreto de criação da APA de Guaraqueçaba estipula que a ESEC de Guaraqueçaba está totalmente dentro da APA e, portanto, está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Paraná. Por fim, a REBIO Bom Jesus também possui toda a sua área coberta por Mata Atlântica, sendo um dos seus objetivos de criação a preservação de ecossistemas de Mata Atlântica dentro de seus limites. Desta forma, as 3 UCs em estudo encontram toda sua área de abrangência inserida na RBMA, destacando mais ainda sua importância estratégica para conservação da biodiversidade.

### Análise da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus frente a sua situação de inserção em outros atos declaratórios internacionais

### Hotspots

Norman Myers levantou pela primeira vez o conceito de *Hotspots*, em 1988, ele identificou 10 *Hotspots* em floretas tropicais. O que caracterizava essas áreas críticas eram os altos níveis de espécies de plantas endêmicas e também a notável destruição de habitats. Porém, Myers não estabeleceu critérios quantitativos para caracterizar um *Hotspot*. Em 1989, a Convenção Internacional adotou o conceito de *Hotspot* e em 1996 reavaliou o conceito com a colaboração de Myers. Desde então, ficou estabelecido que para qualificar-se em *Hotspot* uma região deve preencher ao menos os seguintes critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original mantida. Com base nesses critérios, em 1999 identificaram-se 25 *Hotspots* onde cerca de 44% das plantas do planeta e 35% dos vertebrados terrestres ocupavam apenas 1,4% da superfície terrestre (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, BRASIL, 2005).

O Brasil possui 2 dos 25 *Hotspots* mundias. São eles a Mata Atlântica com 1.233.875 km² de extensão original e 99.944 km² do seu habitat remanescente, seja, restando apenas 8% do seu habitat; e o Cerrado com 2.031.990 km² de extensão original, com 99.944 km² do seu habitat remanescente, restando assim 22% do seu habitat (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, BRASIL, 2005).

A Mata Atlântica está entre os 5 primeiros biomas de *Hostspots* mundiais. A diversidade dos invertebrados e o endemismo de espécies são altíssimos, sendo 12 gêneros endêmicos, entre elas uma “espécie-bandeira” encontrada na APA de Guaraqueçaba, o mico-leão, do qual encontramos as 4 espécies nos limites da UC.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus englobam um dos biomas mais ameaçados e importantes dentre os Hotspots. Sendo assim, “peças-chave” na preservação da Mata Atlântica.

### Oportunidades de Cooperação Internacional

#### Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF

O Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) apoia agências governamentais, organizações da sociedade civil, empresas privadas, instituições de pesquisa, entre outras organizações, para implementar projetos e programas em países em desenvolvimento com economias em transição, para alcançar objetivos de convenções e acordos ambientais internacionais.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus por estarem inseridas na Reserva da Biosfera podem considerar o GEF como uma grande oportunidade para contemplação de projetos ou programas voltados para as respectivas UCs e que visam atingir seus objetivos de criação.

#### Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil surgiu como uma uma iniciativa conjunta do governo e da sociedade brasileira em parceria da comunidade internacional. Ele foi estruturado tendo como finalidade o "desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais" (MMA, xxxx). Ganha também destaque por ser considerado um dos maiores programas de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global.

O PPG7 tem como objetivo geral “maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais, de forma consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil, por meio da implantação de uma metodologia de desenvolvimento sustentável que contribuirá com a redução contínua do índice de desmatamento”. Junto ao seu objetivo geral, foram definidos outros específicos que se articulam em: demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais; ajudar a preservar os enormes recursos genéticos de que estas dispõem; reduzir a contribuição das florestas brasileiras na emissão de gás carbônico; e fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais (MMA, xxxx).

No interior da APA de Guaraqueçaba vivem comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, é possível surgir uma parceria em projetos para a promoção de experiências inovadoras entre comunidades locais e a administração da UC, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental.

#### Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

O PNUMA é resultado da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 e atualmente é um dos principais organismos que lida com questões ambientais na esfera internacional. O Programa é responsável, juntamente com os Estados e organismos da ONU, pela concretização dos objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD e pela Agenda 21, operando a partir de sua sede em Nairobi.

Seus objetivos são facilitar a cooperação internacional no campo do meio ambiente, promover o desenvolvimento de conhecimento nessa área, monitorar o estado do meio ambiente global e chamar a atenção dos governos para problemas ambientais emergentes de importância internacional.

A parte estrutural do Programa compreende um Conselho Executivo, um Secretariado, chefiado por um Secretário Executivo, e um Fundo, que fornece assistência financeira aos programas ambientais. Os recursos do Fundo são fornecidos por governos de forma voluntária, e são utilizados na promoção de projetos apresentados por governos, órgãos das Nações Unidas, organizações não governamentais, ou formulados pelo próprio PNUMA.

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus possuem potencial para o desenvolvimento de projetos na área ambiental. Esses projetos podem ser submetidos ao Fundo do PNUMA pelos órgãos gestores das UCs, colaborando para desenvolvimento e maior conhecimento dessas áreas protegidas e a biodiversidade que possuem.

Tabela 1 – Quadro de oportunidades de cooperação internacional para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ORGANISMO INTERNACIONAL | LINHAS DE ATUAÇÃO | POTENCIAL DE APOIO AS UCs |
| Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) | Diversidade biológica, mudanças climáticas, águas intenacionais, degradação do solo, camada de ozônio e persistentes orgânicos poluentes. | Projetos ou programas voltados para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. |
| Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) | Proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e Atlântica, associada à qualidade de vida das populações locais. | Parceria em projetos para a promoção de experiências inovadoras entre comunidades locais e a administração da UC, nas áreas de conservação, produção sustentável e educação ambiental. |
| Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) | Facilitar a cooperação internacional no campo do meio ambiente, promover o desenvolvimento de conhecimento nessa área, monitorar o estado do meio ambiente global, chamar a atenção dos governos para problemas ambientais emergentes de importância internacional. | Submissão de propostas para assistência financeira em programas ambientais das UCs. |

Fonte: MMA,xxxxxxxxxx. Organização dos autores

### Conferências Internacionais e Acordos Globais

#### Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB

A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada em 1992 no Rio de Janeiro, no decorrer da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Eco-92). Esta convenção foi estruturada sobre três principais pilares sendo: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Considerada um dos acordos internacionais mais importantes para áreas protegidas, ela tem como objetivo:

A conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (MMA, xxx).

As 3 UCs em estudo devem incentivar a conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos (especificamente a APA de Guaraqueçaba, no caso do uso direito dos recursos), portanto sua agenda deve estar alinhada com a da CDB para implementar e aprimorar práticas que visem o cumprimento desses princípios.

#### Agenda 21

Assinada na Cúpula da Terra em 1992 no Rio de Janeiro, a Agenda 21 representa um compromisso político de alto nível e se caracteriza no primeiro esforço para a transição para o desenvolvimento sustentável. O documento oriundo da Agenda 21 abrange quatro secções temáticas que abordam as dimensões econômicas e sociais, tratando das relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população; a conservação e administração de recursos, que trata das maneiras de gerenciar recursos físicos para garantir o desenvolvimento sustentável; o fortalecimento dos grupos sociais, tratando das formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade e dos meios de implementação, tratando dos financiamentos e papel das atividades governamentais.

A Agenda 21 é um abrangente plano de ação a ser implementado em áreas onde a atividade humana afeta o meio ambiente, levando em conta as condições e situações encontradas em cada país. Pode ser implementada pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes.

Esse plano de ação tem como principal objetivo a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus são UCs vinculadas a um órgão federal, que pode adotar políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

#### Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS

A UNCLOS é uma convenção de abrangência global que teve sua negociação em Montego Bay, Jamaica em 1982 e entrou em vigor em 1994. No Brasil, esta convenção foi instituída a partir do Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. Seus objetivos visam estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e, no que concerne às questões ambientais, estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais, assim como, o cumprimento dos dispositivos que regulamentam a poluição do meio ambiente marinho; promover a utilização equitativa e eficiente dos recursos naturais, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho.

A APA de Guaraqueçaba e a ESEC de Guaraqueçaba possuem em seus limites área marítima e devem estar alinhadas com os compromissos brasileiros na UNCLOS, principalmente os que margeiam a utilização e equitativa e eficiente dos recursos naturais, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho presente em seu perímetro.

#### Princípios para a Administração Sustentável das Florestas

Os Princípios estão registrados no Anexo III do Relatório da CNUMAD que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Os países participantes da CNUMAD adotaram esta declaração de princípios visando um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

A declaração visa a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. No documento, consta que as políticas e estratégias nacionais devem fornecer um quadro para aumento dos esforços, incluindo o desenvolvimento e fortalecimento das instituições e programas para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável de florestas e áreas florestais.

A equipe gestora da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba e da REBIO Bom Jesus podem se fundamentar sobre os princípios para o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas presentes nas suas respectivas UCs e usá-los como subsídio para a prospecção de auxilio em projetos, programas e demais atividades.

#### Tratado de Aichi

As Metas de Aichi para a conservação da biodiversidade foram estabelecidas na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB que ocorreu em Nagoya, Japão, em 2010. As partes acordaram 20 metas para implementar de 2011 a 2020 (UICN, WWF-Brasil & IPÊ, 2011).

O Tratado de Aichi, ao qual o Brasil é signatário aborda 5 objetivos estratégicos:

1. Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade.
2. Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável.
3. Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.
4. Aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.
5. Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

Os objetivos possuem uma relação lógica. Para aumentar os benefícios gerados pela biodiversidade é necessário melhorar a sua situação, que depende da redução de pressões e do tratamento das causas da perda da biodiversidade, isso tudo depende da implementação e recursos adequados (UICN, WWF-Brasil & IPÊ, 2011).

A APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus são UCs ricas em biodiversidade. O Tratado de Aichi pode colaborar para a conservação dessa biodiversidade, bem como a gestão efetiva e equitativa dessas UCs pode colaborar para o alcance das 20 Metas de Aichi.

Tabela 2 – Quadro de conferências internacionais e acordos globais que são potenciais apoios para a APA de Guaraqueçaba, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONFERENCIA/ACORDO | OBJETIVO | INSTRUMENTO NORMATIVO/DATA | APLICAÇÃO AS UCs |
| Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) | Conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. | Aprovação no Decreto nº 2 de 03/02/1994. Promulgação no Decreto nº 1.160 de 21/06/1994. Decreto nº 2.519 de 16/03/1998. | Cabe às UCs o incentivo à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica presentes em seus limites geográficos. |
| Agenda 21 | Construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. | Aprovada na CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | As UCs estão vinculadas a um órgão federal, que deve adotar políticas públicas voltadas à sustentabilidade e justiça social. |
| Programa Homem e a Biosfera (MaB) | Promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações com as populações e o meio ambiente em todo o planeta. | Decreto n° 74.685 de 14/10/1974, que cria a Comissão do Programa MaB no Brasil. | As UCs possuem sua área respresentando a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. |
| Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) | Estabelecer um novo regime legal abrangente para os mares e oceanos e estabelecer regras práticas relativas aos padrões ambientais. | Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995. | As UCs possuem em seus limites área marítima e devem estar alinhadas com os compromissos brasileiros na UNCLOS. |
| Princípios para a Administração Sustentável das Florestas | Visa um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas, bem como a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. | CNUMAD, no Rio de Janeiro, em 1992. | Estudar os princípios para o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas presentes nas UCs. |
| Tratado de Aichi | Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem Governo e Sociedade, reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável, melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética e aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos, aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação, de 2011 a 2020. | Estabelecido na 10ª Convenção das Partes - COP da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB que ocorreu em Nagoya, Japão, em 2010. | O Tratado de Aichi pode colaborar para a conservação dessa biodiversidade, bem como a gestão efetiva e equitativa dessas UCs pode colaborar para o alcance das 20 Metas de Aichi |

### 1.2. ENFOQUE FEDERAL

### 1.3. ENFOQUE REGIONAL

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNUC. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.** Disponível em : <<http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=17>>. Acesso em novembro de 2016.

Conservation International. **“Hotspots Revisited. Earth’s Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecorregions”**. CEMEX, 2005. Disponível em <<http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/HotspotsRevisitados.pdf>>. Acesso em novembro de 2016

MMA. ICMBIO. Plano de Manejo, encarte 01: contextualização - Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim. Florianópolis, SC, 2013.

BRASIL. Lei Federal n. 9.985. **Lei de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 18 de julho de 2000.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/> >. Acesso em outubro de 2016.

RBMA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.** Disponível em <<http://www.rbma.org.br/index.asp>>. Acesso em: outubro de 2016.

\_\_\_\_\_\_\_Revisão e atualização dos limites e zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em base cartográfica digitalizada. Fase VI, 2008.

UICN, WWF-Brasil e IPÊ. Metas de Aichi: Situação atual no Brasil. Ronaldo Weigand Jr; Danielle Calandino da Silva; Daniela de Oliveira e Silva. Brasília, DF, 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/main-characteristics/. Acesso em: outubro de 2016.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/natural-sciences/environment/biodiversity/mab-programme-in-brazil/. Acesso em: novembro de 2016.

FUNBIO. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Disponível em: <http://www.funbio.org.br/o-que-fazemos/agencia-gef/> . Acessado em outubro de 2016.